

SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: LANÇANDO NOVOS OLHARES

BRAZILIAN EDUCATIONAL SYSTEM: LAUNCHING NEW LOOKS

*Dragsa Silva Santos Lima¹
Enilson Marques de Oliveira²
Reginaldo Neves Martins³*

Resumo: Este artigo aborda a organização do sistema educacional brasileiro, destacando sua estrutura e regulamentação de acordo com as leis vigentes, incluindo a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Explora-se a divisão de responsabilidades entre os municípios, estados e o governo federal na oferta da educação básica e superior. Além disso, o estudo visa propor melhorias no funcionamento do sistema educacional brasileiro, fornecendo reflexões sobre seu aperfeiçoamento. A pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica, sintetizando ideias-chave de autores relevantes no campo da educação.

Palavras-chave: Sistema educacional brasileiro. Organização. Educação Básica. Educação Superior.

Abstract: This article addresses the organization of the Brazilian educational system, highlighting its structure and regulation in accordance with current laws, including the 1988 Constitution and the 1996 National Education Guidelines and Bases Law. The division of responsibilities between municipalities, states and the federal government in offering basic and higher education. Furthermore, the study aims to propose improvements in the functioning of the Brazilian educational system, providing reflections on its improvement. The research was conducted through a bibliographic review, synthesizing key ideas from relevant authors in the field of education.

Keywords: Brazilian educational system. Organization. Basic education. Higher education.

Introdução

Consideramos a escola um espaço privilegiado para aprendizagem porque em meio a tantas opções que o mundo oferece a escola ainda é um local onde temos a maior parte do tempo especificamente voltado para a construção, ressignificação e desconstrução dos conhecimentos cientificamente elaborados do senso comum, e da educação informal.

Assim, o sistema educacional brasileiro é o modo como se organiza a educação regular

1 Graduada em Pedagogia, Ciências Biológicas e Serviço Social; Pós-Graduado em Gestão e Orientação Educacional; Mídias na Educação; Mestre em Ciência da Educação. E-mail: dragsasantos@gmail.com

2 Graduado em Filosofia, Geografia e História; Pós-Graduado em Gestão e Orientação Educacional; Educação à Distância; Metodologia do Ensino de História e Geografia; Mestre em Ciência da Educação. E-mail: enilson.ma@hotmail.com

3 Graduado em Filosofia e Educação Física; Pós-Graduado em: Gestão escolar, Ciências da Educação e Metodologia do Ensino de Filosofia; Mestre em Ciência da Educação.

no Brasil. Essa forma de organização se dá em sistemas de ensino pertencentes à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios. A Constituição de 1998 e a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional 93/94 de 1996, são as leis que regem esse atual sistema de educação. A composição do sistema educacional brasileiro regular é compreendida pela Educação Básica formada pela educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio como também a educação superior.

Nesse sentido, compete aos municípios ofertar a educação infantil e Ensino Fundamental, enquanto os Estados e o Distrito Federal o Ensino Fundamental e Médio, por outro lado, o governo federal possui uma função administrativa com a incumbência de prestar assistência financeira aos Estados, Distrito Federal e aos municípios, além de ofertar o Ensino Superior.

Segundo Bordignon (2009) a expressão sistema educacional no Brasil vai aparecer pela primeira vez na Constituição de 1934. Assim, segundo o autor, haverá uma evolução na forma de compreender e aplicar o que se entende por sistema educacional, colaborando para um certo progresso na educação brasileira, como sua expansão e acessibilidade, principalmente pelas camadas mais pobres da população.

Assim, o presente estudo tem como objetivo principal, compreender como está formada o sistema educacional brasileiro, ao mesmo tempo, apresentando uma proposta para um melhor funcionamento do mesmo. Desta forma o estudo busca responder as seguintes questões: como está organizado o sistema educacional brasileiro a partir das leis que o regem? Qual é a incumbência de cada um dos entes federados, para ofertar a educação? Como podemos melhorar o funcionamento do sistema educacional brasileiro?

A principal motivação pelo estudo, parte do pressuposto de conhecer o sistema educacional, oferecendo reflexões que possam contribuir para seu aperfeiçoamento. Para alcançar o objetivo deste trabalho, o mesmo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica, o qual foi construído com base na leitura de artigos e livros principais que trata da questão do sistema educacional brasileiro, buscando as ideias fundamentais dos autores pesquisados, de forma sintética e de fácil compreensão.

Sistema educacional brasileiro: lançando novos olhares

A narrativa da história educacional no Brasil perpassa por um longo caminho histórico, desde a chegada dos europeus a este Continente. Assim, muitas mudanças ocorreram na sociedade, nos ideais, atitudes e concepções dos seres humanos. Este processo evolutivo refletiu também em transformações nas direções da educação, que vem vivendo um momento de reflexões e modificações, bem como de redefinição de estratégias de ações pelos governos e organismos em âmbito mundial, possibilitando pensar-se na construção de espaços educacionais comprometidos com a educação de qualidade para todos e numa redefinição da função social da escola.

Neste horizonte encontram-se muitas discussões que entrelaçam conflitos, dúvidas, receios, questionamentos, interferências e desafios acerca do papel da educação e do acesso a ela por seus indivíduos. Discussões que há muito permeiam âmbito político e social, mas que a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990) tomaram um forte impulso nos debates pedagógicos e acadêmicos, refletindo um consenso mundial sobre a necessidade de

mudanças fundamentais que transformem em realidade uma educação capaz de reconhecer as diferenças e que atenda às necessidades dos alunos, quaisquer que sejam as suas condições físicas, cognitivas, sociais e culturais.

A legislação e as políticas educacionais contemporâneas trazem o desafio de uma educação que contemple a diversidade cultural, a heterogeneidade e a inclusão de todos os cidadãos na escola e na sociedade.

A conquista dos Direitos Universais do Homem (1948), após a Segunda Guerra Mundial, seguida da Declaração dos Direitos do Deficiente Mental, aprovada pelas Nações Unidas em 20 de dezembro de 1971, foram os primeiros passos na direção da conquista do acesso à educação por todos os indivíduos.

Assim, o sistema educacional brasileiro, nos últimos anos, tem passado por transformações significativas, como, por exemplo, a regulamentação da lei 7.853, de 24 de outubro de 1989 que determina a inclusão dos portadores de necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. A constituição federal estabelece ainda, em seu Artigo 205 que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Meio às discussões de possibilidades e desafios e a partir da implementação desta Lei, a escola, como detentora dessa disposição legal, deverá incrementar ações capazes de promover a inclusão dos portadores de necessidades educacionais especiais, para que se diminua a distância entre os portadores de todas as habilidades e os que foram, de uma forma ou de outra, tolhidos delas. É preciso analisar os processos de inserção dos diversos grupos sociais nas instituições formativas. Essa inserção vem acontecendo, como relata (MACIEL, 2000, p. 1):

E com essa quebra de paradigma a relação da pessoa com deficiência melhorou e muito é claro que ainda a pessoas que mesmo de forma indireta agem de forma preconceituosa com pessoas portadoras de deficiência, mais, isso tem melhorado e muito, nos tempos atuais as pessoas passaram a aceitar a pessoa com deficiência como parte da sociedade, e vem buscando incluir de forma geral no seio da sociedade, onde tem os mesmos direitos de todos, mas, focando na educação, há grandes avanços que melhorou e muito o acesso ao ambiente escolar.

É através dessa convivência dos alunos típicos com os especiais que se diminui o preconceito e a discriminação e a inclusão acontece.

O início do século XXI foi permeado de valores tecnológicos que possibilitaram ao homem um novo olhar sobre a sociedade e suas constates transformações. Meio a este contexto, surgem discussões que apontam para a necessidade de se aprofundar o debate sobre a recontextualização da sociedade e, por conseguinte, das implicações nos seus sistemas gerais.

Este novo caminho perpassou também pelo campo educacional, que vem, à passos lentos, refletindo sobre suas novas funções neste novo contexto e redefinindo suas estratégias e campo de atuação. Nesta conjuntura, entra no discurso comum o debate sobre diversidade, o que implicaria em buscar compreender a heterogeneidade, as diferenças individuais e coletivas, as especificidades do ser humano e, sobretudo, as diferentes situações vividas na realidade social e no cotidiano escolar.

Sistema educacional brasileiro: apresentando uma proposta de melhoramento

Nesse inciso, partiremos da ideia que, para que a educação realmente atinja o seu patamar de desenvolvimento, é necessário defender a ideia de uma educação brasileira federalizada. Com recursos e administração federal e gestão local democraticamente eleita. De fato, a maioria dos municípios brasileiros encontra-se na categoria de carente, ou em estado de pobreza, onde outras prioridades, muitas vezes mais urgente, acabam consumindo os recursos que seria para a educação. Muitos desses municípios têm como única receita, o fundo de participação dos municípios, recurso advindo do governo federal.

Tem-se presenciado o processo contrário à proposta deste estudo, a municipalização da educação. O que era de responsabilidade do estado tem sido transferido para os municípios. Prefeitos na busca de recursos, assumem a responsabilidade/compromisso pela educação dos anos iniciais e na prática acabam usando estes recursos para outros fins. É preciso ressaltar que um dos meios para o país atingir uma qualidade na educação básica, é a ação da União atuando diretamente na redução das desigualdades, como nas escolas federais de educação básica, referências de modernização de equipamentos e remuneração do corpo docente.

A atribuição da esfera federal para assumir esta responsabilidade de aplicação do ensino justifica-se também, em função da necessidade e inviabilidade da capacidade de aplicação dos recursos por parte dos municípios.

Tudo isso, porque a escola traz como papel principal, fomentar uma reflexão sobre a importância das raízes culturais de um povo, no sentido da afirmação de sua identidade e pertinência a sua região, assim, é primordial ter conhecimento e manter viva na memória as próprias origens, pois esta é parte integrante de uma sociedade que busque uma evolução constante. Borsa afirma que:

É na Escola que se constrói parte da identidade de ser e pertencer ao mundo; nela adquirem-se os modelos de aprendizagem, a aquisição de princípios éticos e morais que permeiam a sociedade; na Escola depositam-se expectativas, bem como as dúvidas, inseguranças e perspectivas em relação ao futuro e às suas próprias potencialidades. (BORSA, 2007, p. 2).

Para construirmos o presente, temos que reconhecer nossas raízes, pois a base é quem sustenta, e a escola se faz presente na vida das pessoas desde criança, portanto, se torna responsável e requer um currículo bem elaborado.

Frente a tudo que já foi exposto entende-se que a importância de construir o sistema educacional brasileiro, pautado numa administração federal, porém com participação dos estados e distrito federal e municípios, está no fato de construir algo sólido e com um investimento mais seguro e em maior quantidade. Assim, tudo isso se refere, não apenas ao acesso de crianças, jovens e adolescentes a escola, mas também a permanência e qualidade do ensino, assegurada em Lei, que estejam voltadas para uma educação que esteja a serviço da emancipação do sujeito como todo.

A educação federalizada perpassa por diversos preâmbulos, entre eles: universalizar a educação no país possibilitando a igualdade de direitos aos estudantes do Brasil; cabe ao Governo Federal a destinação dos recursos; aos conselhos, nacional, estadual e municipal e escolares a missão

de fiscalização da aplicabilidade e da integralidade dos recursos enviados às escolas; enquanto que a gestão escolar, esta deverá ser eleita baseada em princípios éticos e regimentais que integraliza o papel de gestor local com responsabilidade nacional; o corpo docente, juntamente com toda a comunidade escolar, cabe estudar, elaborar e executar o currículo presente no Projeto Político Pedagógico, sendo que o mesmo deve conter em seu teor componentes curriculares e objetos de conhecimento comum e geral à nação e, dentro do currículo diversificado, cada unidade escolar desenvolva e aplica os currículos locais para atender os interesses de sua comunidade escolar; para tanto, entender que a educação é de obrigação do Estado e dever da sociedade em geral preparar seus jovens para o exercício da cidadania, por isto, o papel da escola na condição de norteadora do conhecimento historicamente constituído.

Finalmente, deve-se está atento para um ponto crucial no que se refere a federalização da educação, pois quando se nega a uma criança, adolescente ou jovem a possibilidade de frequentar um ensino de qualidade, se está negando a ela um direito assegurado pela Carta Magna.

Conclusão

A partir de tudo que foi apresentado referente ao sistema educacional brasileiro, obtido por meio da síntese dos artigos estudados, compreende-se que o estudo da história da educação brasileira revela que este tema é de fundamental importância e merece ser trazido ao debate, pois somente com melhores investimento, poderemos construir uma educação de qualidade.

Deste modo, definiu-se como objeto de estudo, compreender como está formada o sistema educacional brasileiro, ao mesmo tempo, apresentando uma proposta para um melhor funcionamento do mesmo. Existem ainda os desfalques na educação por causa das interferências de líderes políticos sem formação acadêmicas e que buscam usurpar os recursos da educação para permanecer no poder.

Trata-se, então, de perceber que, para além do estabelecimento de leis e resoluções, se quisermos avançar numa educação de qualidade, num ensino mais voltado para a formação de cidadãos críticos é necessário fazer mudanças no próprio conhecimento histórico escolar, pois, daqui a pouco, e sem querer prever, podemos caminhar no sentido de formar estudantes e sem domínio dos conteúdos, de competências e valores. Justificamos, assim, a construção deste artigo periódico colocando-nos na luta pela federalização do ensino, para que haja uma verdadeira universalização no país, do que entendemos de educação para todos.

Além disso, é preciso o entendimento de que para se tornar um instrumento de “controle democrático” do Estado, a serviço da educação, a escola enquanto instituição social tem que se preocupar com a qualidade política, isto é, com a superação da qualidade formal.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 05 de outubro de 1988. Disponível em: Acesso em: 08 de agosto 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: Acesso em: 08 de agosto

2022.

BORSA, Juliane Callegaro. **O Papel da Escola no Processo de socialização infantil.**

Disponível em: www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0351.pdf. Acesso em: 05 de agosto 2022.

BORDIGNON, G. Gestão da educação no município: sistema, conselho e plano. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

MACIEL, Maria Regina Gazzaniga. Portadores de Deficiência a questão da inclusão social, São Paulo 2000, Disponível em; <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008> Acesso em 12/08/2023.